



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

JUÍZA DE DIREITO
DELEANE CAMARGO DE
SANTANA FERNANDES



ENTREVISTA CONCEDIDA PELA JUÍZA DE DIREITO DELEANE CAMARGO DE SANTANA FERNANDES AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Deane Camargo de Santana Fernandes, nasceu no dia 23 de novembro de 1947, em Goiás-GO, filha de Domingos Leite de Santana e Ana Soares de Camargo Santana. Sua primeira graduação foi no curso de Pedagogia, em 1970, pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Depois, formou-se bacharel em Direito no ano de 1989, pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Ingressou na magistratura do Distrito Federal no cargo de juíza de direito substituta pelo XXI Concurso (1994), sendo aprovada em 18º lugar, com posse em 3 de fevereiro de 1995. Foi também designada, em 2004, para atuar como juíza na 2ª Zona Eleitoral do DF. No TJDFT, atuou na 1ª Vara de Delitos de Trânsito de Brasília; na Vara Criminal de Sobradinho; na 5ª Vara de Família de Brasília; nos Juizados Especiais Cíveis de Brasília; na Vara de Acidentes

do Trabalho. Em 1998, passou a exercer a magistratura na 1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões do Paranoá. Além de ter sido, também, diretora do Fórum da Circunscrição Judiciária do Paranoá. A magistrada aposentou-se no cargo de juíza de direito em 25 de março de 2011.

Desembargadora Carmelita Brasil

Juíza (de Direito) Deleane (Camargo de Santana Fernandes) é uma alegria muito grande para o Programa História Oral recebê-la. Sabemos da sua atividade, da sua dedicação ao Tribunal (de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), uma vida riquíssima que marcou por onde passou em razão da sua competência, da sua dedicação e do seu altruísmo. Então, seja muito bem-vinda ao programa. Gostaríamos, para abrir esse depoimento, que sabemos nós, será de extrema utilidade para o registro da história do Tribunal, perguntando-lhe como foi despertada a sua vocação para o Direito e como chegou a Brasília, especialmente ao nosso Tribunal?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Desembargadora Carmelita (Brasil), eu é quem tenho de agradecer a honra de ser escolhida para vir registrar aqui o meu depoimento e, principalmente, em poder ser entrevistada por dois desembargadores, que tem parte na minha história, a senhora principalmente pela grande admiração que tenho e pela pessoa que é, pela espiritualidade com que conduz o seu trabalho e pelo desembargador Antoninho (Lopes), que depois eu vou revelar como ele influenciou na minha escolha, em facilitar a minha vida como juíza aqui no Distrito Federal. Bom, a pergunta direcionada: "Como surgiu?" Acho que surgiu na infância. Meu pai era procurador de estado e advogava, antes de ser procurador, advogava, e no escritório dele na cidade de Goiás, onde eu nasci, às vezes, ele pedia para eu ficar na sala, de certo, ele ia dar uma voltinha ou alguma coisa na cidade, e eu então, enquanto vigiava o escritório para ele, eu me fazia de advogada, nem sabia ler, mas eu ficava em frente aos livros de Direito, ele tinha muitos livros, e fingindo que estava consultando os livros, para que quem passasse achasse que eu era advogada, (risos), então eu penso que começou aí, e

pela empolgação dele com o Direito. Depois assisti lá na cidade, não tinha o controle, assisti a um Júri em que ele debatia com um outro, como promotor, e eu sabia que eram amigos, conhecidos, e achei estranho aquele debate, aquela polêmica, e fui interessando-me e sempre perguntando, perguntando... e ele adorava Direito, explicava as coisas para nós. Depois... mas continuei minha vidinha, fiz todos os cursos pertinentes a uma menina daquela época: piano, normal, pedagogia, sociologia, psicologia, tudo de acordo com o perfil feminino, mas eu gostava mesmo era do Direito. Quando na época do vestibular para Direito, eu já era namorada do (desembargador) Natanael¹, que também (falava) "Direito" em meu ouvido, então eu peguei uma prova difícil de piano no Conservatório. Assim, resolvi fazer o curso de Pedagogia e deixei o Direito, porque eu já estava preparando-me para o vestibular e só passei a me dedicar ao Direito, como conteúdo teórico, aqui em Brasília, quando (já) tinha o meu terceiro filho, mas antes disso, o (desembargador) Natanael passou para o concurso de juiz em Goiás. Foi juiz por seis anos no interior, sul de Goiás, e lá éramos somente nós dois, não conhecíamos ninguém e o juiz tinha de ficar na comarca, inclusive final de semana, a Corregedoria não autorizava sair nem no final de semana. Lá, então, atuávamos junto a uma comunidade rica, cheia de afeto e tudo mais, mas como juiz de interior, você tem de ficar isolado. Então, na época, eu fazia o último ano de faculdade em Goiânia, ia para casa nos finais de semana, (desembargador) Natanael sozinho lá e eu tinha até... a minha dedicação começou aí, era época da mini-saia, e

¹ Natanael Caetano Fernandes, desembargador do TJDF entre 1990 e 2011, ano de sua aposentadoria.

eu tinha mini-saia que eu usava em Goiânia, e a roupa de mulher de juiz, que eu usava na comarca. (Risos). Ele ficou seis anos lá, a remoção era custosa, e o estado de Goiás ficou sem pagar, acho que por seis meses (a magistratura), ele (desembargador Natanael) falou “Vou largar a magistratura!” Tínhamos já duas filhas, que precisavam sair daquela comunidade, em que sequer médico existia, e ele ia largar a magistratura, já estava com emprego, nós já íamos construir casa, tudo em Goiânia, quando abriu o concurso para juiz aqui. Daí, ele fez o concurso, foi aprovado e mudamos para uma Brasília fantástica, quase que no começo. Asa Norte não existia e nós explorávamos tudo, a mudança (quando) chegou, nós não sabíamos nem como chegar no apartamento, então foi assim que viemos. Ele ficou no Tribunal do Júri aqui e nós trazíamos as visitas que chegavam para conhecer Brasília e nos visitar, trazíamos para conhecer o Tribunal do Júri. Para vocês verem como era simples, e a relação com o Tribunal era de um carinho e de um cuidado tão grande, que num desses finais de semana, nós encontramos o então juiz Branco², primeiro marido da desembargadora Maria Thereza³, colocando veneno para os ratos

2 José Augusto de Figueiredo Branco, desembargador do TJDF entre 1988 e 1993, faleceu em 3/10/2000.

3 Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, desembargadora do TJDF entre 1980 e 1991, ano de sua aposentadoria. Foi a primeira mulher a ocupar tal cargo no Tribunal, como também a primeira Corregedora e, até então, única mulher a exercer o cargo de Presidente desta Corte de Justiça. Coordenou também a comissão de implantação do Conselho Gestor do Programa Memória do TJDF e conduziu aproximadamente 30 entrevistas deste Programa História Oral.

em volta do Tribunal, então foi assim. E as amizades que se formavam, eram poucos juizes, pouquíssimos desembargadores e a amizade ia se firmando num apoio um ao outro. Não tinha formalismo como a gente vê nos estados, o juiz para ter acesso ao desembargador... aqui não, aqui era tudo uma irmandade. Depois, (desembargador) Natanael ficou como diretor social da Associação dos Magistrados. Então todo juiz que passava em um concurso aqui, nós dois íamos visitá-lo em sua residência, levávamos flores para a esposa, e íamos facilitando nas coisas que precisava na vida cotidiana de Brasília. Era assim que recebíamos os juizes. E assim que se estruturavam as amizades. Eu me lembro muito bem do desembargador Nívio⁴ (Geraldo Gonçalves) quando veio, nós fomos visitá-lo, levei flores para a Zélia, a Michele, última filha dele, era bebezinho de colo, linda, uma bonequinha. Assim, íamos frequentando as casas, num isolamento natural que os juizes faziam a seus grupos, daí foi indo... Com a Associação dos Magistrados (AMAGIS), então, nós fazíamos muitos contatos sociais com os juizes e, depois, eu, em 1984, havia deixado meus empregos em Goiás para acompanhar o (desembargador) Natanael aqui. Lá no sul de Goiás eu era concursada do estado, dei aula, criei uma segunda, (digo), uma primeira escola de segundo grau e lá foi interessante também, mas então, aqui, o desembargador Nívio (Geraldo Gonçalves) criou uma equipe técnica para trabalhar na Vara da Infância e ele me convidou para ficar nessa equipe técnica, que era formada de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, para acompanhar os menores infratores nas medidas de liberdade as-

4 Nívio Geraldo Gonçalves, desembargador do TJDF entre 1992 e 2011, ano de sua aposentadoria.

sistida. Então, a minha equipe era encarregada da Ceilândia⁵, toda quinta-feira, nós íamos para a Ceilândia em uma kombi dos Juizados e lá visitávamos os menores infratores na residência, na escola, colocávamos no trabalho, e foi um período muito gratificante. Lá aconteceu um episódio interessante, nós fomos acompanhar um caso de uma menina muito novinha que apareceu gestante, então nós fomos ver se havia algum envolvimento do pai, que havia matado a esposa na presença dessas filhas e mantinha as meninas encarceradas em casa, fechadas. Nós fomos e a equipe lá, conversamos e sabíamos que ele tinha um desequilíbrio, ele pegou uma faca enorme, aquelas peixeiras que usam no nordeste, quando ele pegou a faca nós trememos. Falei: “É agora, vamos sair correndo do barraco dele? Não íamos”. E ele levantou-se, entrou no quarto dele e nos chamou e nós achamos a oportunidade boa para sabermos se ele era o violentador da menina. Então, quando chegamos, ele abriu o baú, pegou uma caixa de goiabada e partiu a goiabada para nós comermos. A faca era para partir a goiabada. (Risos). Tivemos episódios assim, muito interessantes.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas, nessa época, a juíza já fazia o curso de Direito?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Já fazia, mas atuava lá como pedagoga, com o curso de Sociologia e Psicologia.

Desembargadora Carmelita Brasil

Onde começou o curso de Direito?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Aqui, na UDF⁶. Então, lá tive excelentes professores, fui aluna do desembargador Hermenegildo⁷ (Fernandes Gonçalves), do desembargador Everards⁸ (Mota e Matos), do desembargador Luiz Cláudio⁹ (de Almeida Abreu). E como era a grade horária que nós montávamos do programa, eu escolhia os melhores professores e com aquela responsabilidade de estar deixando minha família para fazer o curso à noite, trabalhava à tarde, dava aula de piano pela manhã, eu trabalhava à tarde no Juizado e fazia faculdade à noite, então eu fiz um bom curso. O (desembargador) Natanael falava: “Vai dormir, não precisa atravessar a noite!” Eu falava: “Mas eu estou gostando”. Havia uma cobrança maior, minha mesmo, por causa dos meninos e quando era descoberta como mulher de juiz, pois o (desembargador) Natanael, na época, era juiz. O desembargador (Mário) Gurtyev¹⁰ foi meu professor também. Eu chegava, às vezes, fazia um horário especial para aumentar a grade horária, eu ia pondo o pé na sala, a aula já havia começado porque eu saía da Vara da Infância, ele me dava uma pergunta sobre o tema que ele

6 Centro Universitário do Distrito Federal.

7 Hermenegildo Fernandes Gonçalves, desembargador do TJDF entre 1988 e 2006, ano de sua aposentadoria.

8 Everards Mota e Matos, desembargador do TJDF entre 1994 e 2003.

9 Luiz Cláudio de Almeida Abreu, desembargador do TJDF entre 1982 e 1996, ano de sua aposentadoria.

10 Mário Gurtyev de Queiroz, juiz do TJDF, entre 1984 e 1991, e desembargador pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, entre 1991 e 2013.

estava dando aula. Então, ele me pressionava de forma carinhosa até. Foi muito interessante o curso, no final, depois, eu fiz uma especialização em Direito do Menor, depois fiz uma pós-graduação no ECAT, em seguida, eu fiz uma pós em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB). De lá, quando Natanael veio a desembargador, não existia o problema do nepotismo, eu já era do quadro e ele me chamou para secretariar na vara. Secretariei um período e depois fiquei como assessora dele, aí é que começou a minha escola.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas antes que prossiga a história já como diretora da vara, nos fale mais a respeito dessa atuação na Vara da Infância e da Juventude, que me parece um trabalho assim pioneiro, não foi?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi. Nisso o desembargador Nívio (Geraldo Gonçalves) tinha uma visão fantástica. Essa equipe, quando cuidávamos da liberdade assistida, nós tentávamos inserir os infratores na comunidade, então nós conseguimos convênio com o (Hospital) Sarah Kubitschek¹¹, pelos meninos que dirigiam sem habilitação, nós conseguimos trabalho para o pessoal no Palácio do Planalto, no Ministério da Reforma

11 Unidade localizada em Brasília- DF, pertencente à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

Agrária, que era o Dante de Oliveira¹², parece que era o ministro na época. Então, os meninos iam para lá, nós mandávamos a equipe para lá, nós acompanhávamos os meninos, eles não ficavam sozinhos, nós etiquetávamos correspondência para o Ministério e lá, no Palácio do Planalto, o ônibus da Presidência ia buscar os meninos lá na Ceilândia, naquela época Ceilândia era a circunscrição das cidades-satélites,¹³ que tinha maior índice de criminalidade, era lá e (também) o Gama, na época eu fiz até um estudo a respeito, o Gama era mais violento, mas aqui o número era maior. Então, acompanhávamos esses meninos e tivemos resultados fantásticos. Esse ônibus da Presidência teve um efeito terapêutico para esses meninos, que se sentiram valorizados na comunidade, isso era uma ponta para começar a valorização do menino e melhorar a autoestima dele e da família discriminada por (ter) um filho infrator. Então, ali nós acompanhávamos, era curso profissionalizante... aceitar um menino infrator na escola... eles gostavam muito de fazer curso de mecânica e de capoeira, claro, para poderem ter melhor jeito de atuar, (risos), então, direcionávamos para outros cursos. Aqui, onde agora tem o Pavilhão de Exposições, no Parque da Cidade,¹⁴ ali existia um espaço aberto, em que nós criávamos em cada espaço

12 Dante Martins de Oliveira foi Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do Brasil, entre 1986 e 1987, durante o Governo de José Sarney.

13 Designação antiga para os centros urbanos do Distrito Federal, exceto para Brasília. Atualmente, a designação utilizada para esses centros urbanos é "região administrativa".

14 Parque da Cidade Sarah Kubitschek, um dos maiores centros de lazer ao ar livre de Brasília-DF.

uma aula aberta, de uma matéria que o menino estudava se quisesse, ele frequentava aula se quisesse. Ele ia para lá – menino de rua – recebia um ticket que dava direito a almoço, um ônibus para casa, o banho, e se ele frequentasse, conforme os ambientes de estudo que ele estudava, se história, matemática, geografia, ele podia passar o dia inteiro ali e, à noite, retornar para casa.

Desembargadora Carmelita Brasil

Esse trabalho todo coordenado pela Vara da Infância (e da Juventude)? Que fantástico!

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Pela Vara da Infância (e da Juventude). Foi fantástico! Ainda um controle sobre as instituições de abrigo dos menores, qual a instituição que era regular, se esses meninos eram cadastrados, se era tudo... então, foi um trabalho fantástico, depois com o Estatuto da Criança (e do Adolescente) mudou. Nós participamos de estudo para implementação de sugestões para o Estatuto e daí mudou. O Ministério Público começou a atuar lá direto em um trabalho que nós chamávamos de triagem, também importantíssimo. O menor infrator era apresentado imediatamente, ele não ficava em delegacia. A equipe fazia entrevista, um estudo rápido, superficial, fazia um relatório até o final do dia, tinha de subir esse relatório para o juiz, sugerindo se esse menino tinha família, se poderia voltar para a família, se ele deveria ser recolhido ou se ele deveria receber o processo, se submeter ao processo, ao procedimento lá. Então, nós fazíamos isso, e lá é que eu comecei a desenvolver mais ainda as coisas que estavam aprendendo no curso de Direito, quando então o (desembargador) Nívio (Geraldo Gonçalves) convidou-me para ser chefe da Defensoria, que também não existia Defensoria, então era um funcionário que fazia, e eu fiquei chefiando. Tudo assim.

Não existia, era tudo por uma dedicação, não existia remuneração extra, não existia nada. Então, fui para a Defensoria. E lá, os estagiários de convênio da Vara da Infância (e da Juventude) com a UnB¹⁵ e depois com o UniCeub¹⁶. Lá esses estagiários eram de uma vontade de aprender fantástica, o (desembargador) Nívio (Geraldo Gonçalves) uma vez chegou lá: “Deleane, esses meninos têm horário até as cinco e já são quase sete horas”. Eu falei: “Eles estão aí porque querem, porque advogado tem prazo, eles têm de fazer as peças dele, não é?” Então eles gostavam muito. E lá se formaram, começaram vários e hoje temos três promotores aqui, o Roberto, a Cátia, tem um que é procurador do GDF¹⁷, tem um que é juiz federal, tem uma que atua em uma multinacional, então foi uma turma fantástica. Foi um período de trabalhar com o Direito que me trouxe muito conhecimento e muito retorno.

Desembargadora Carmelita Brasil

Então, ainda dentro dessa ótica, o trabalho com o menor, na época falava-se menor infrator, um termo assim um pouco agressivo. Eu indago, e a respeito desse movimento hoje de caráter nacional que vem ganhando muita força no sentido de diminuir a menoridade penal? Com essa experiência toda, o que nos diz sobre isso?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Olha, desembargadora, eu acompanho com muita tristeza. Às vezes eu fico revoltada com as manifestações a respeito porque eu tive prova de que se houver vontade

15 Universidade de Brasília-DF.

16 Centro Universitário de Brasília-DF.

17 Governo do Distrito Federal.

política e se houver envolvimento com esse trabalho com o menor é perfeitamente recuperável. A equipe que eu trabalhava e preferia trabalhar era com os casos de homicídio, porque no ímpeto da adolescência os hormônios todos exacerbados e tudo mais, às vezes, cometia o ato que tirava a vida de outra pessoa, mas era muito fácil recuperar esses meninos, muito fácil.

Desembargadora Carmelita Brasil

Muito fácil?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Muito fácil.

Desembargadora Carmelita Brasil

Que ótimo ouvir essa expressão!

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Muito fácil. Eu penso assim, por meio da música como (também) neste espaço aqui,¹⁸ se recuperava, por meio da valorização da família dele, porque os valores deles são diferentes dos nossos. Eles vivem em um meio em que a luta para sobreviver é muito grande. Não têm a mãe, não têm o pai. O pai é alcoólatra, a mãe trabalha o dia inteiro e ele vive na rua. Então, é preferível ficar na rua a voltar para casa que tem um pai e uma mãe brigando... brigando que eu falo, é briga mesmo, é batendo,

é alcoolizado e tudo mais. Menino abandonado porque é trancado dentro de casa, porque a mãe foi trabalhar. Então, a gente vê que tem muito resultado, se houver empenho. Agora, começou tudo com o interesse do Estado em diminuir a menoridade para votar, maior número de eleitor, agora, pretexto, pode até votar, pode até escolher governantes e tudo mais, veja como é feita essa escolha. Então, eu acho que o adolescente precisa de acompanhamento. Ele precisa mesmo é de vontade real de recuperar. Vontade real da educação. Depois, mais tarde, na minha história aqui do Tribunal, eu fui juíza na Vara da Infância (e da Juventude) e lá como substituta e auxiliando e tal... lá eu via, chegava período escolar... o CAJE,¹⁹ que ficava com os meninos ainda sob processo. O CAJE no período de férias não tinha um responsável pela Educação, porque a Secretaria de Educação não mandava, não tinha um médico, não tinha nada. Menino que era dependente de drogas furtava droga na farmácia do CAJE. Menino que não tinha o que estudar e o que fazer não tinha programa de atividade nenhuma, os nossos que têm todo apoio se deixá-los desocupados fazem arte, imaginem os meninos lá, que já tinham esse começo da delinquência. Então, eu ficava indignada, dizia: "Não podem ficar! No período de férias, esses meninos não podem ficar sem ninguém aqui". Então, é uma luta. Houve uma época também que o desembargador Getúlio,²⁰ quando foi Corregedor, o

18 Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte.

19 Centro de Atendimento Juvenil Especializado, em Brasília-DF, inaugurado em 1976. Foi desativado em março de 2014.

20 Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, desembargador do TJDFT desde 1992, foi Corregedor da Justiça do DF no biênio 2002-2004.

(desembargador) Nívio (Geraldo Gonçalves) tinha saído da Vara da Infância (e da Juventude), ele me convidou: “Deleane, você tem o perfil, você conhece, nós queríamos lá alguém que tivesse esse conhecimento para atuar na Vara da Infância”. Eu disse: “Eu penso que presto um serviço na minha Vara de Família, mas eu não quero ser santo em vida, lá a gente... (risos) é para ser santo em vida”. Porque o que nós vemos da pessoa nos seus modos mais ainda elementares é na Vara da Infância (e da Juventude), lá tira sono. Eu falei: “Não, por enquanto ainda estou com meus filhos, ainda em uma fase de formação, eu prefiro ficar somente na Vara de Família”. Mas acho que foi uma coisa que eu deixei mesmo, mas ainda pretendo um dia fazer um outro trabalho com eles. Mas então foi isso. Na Vara da Infância (e da Juventude) foi muito, muito rica. E lá eu fiz esse trabalho como técnica, depois eu fui defensora e depois como juíza.

Desembargadora Carmelita Brasil

E o concurso para juíza, quando surgiu essa vontade, não é (desembargador) Antoninho (Lopes), de vir para esse sacerdócio, tão sacrificial?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

O que aconteceu foi que a paixão pelo Direito existia, a ânsia pelo conhecimento penso que não vai acabar nunca. Então, eu vim trabalhar com o (desembargador) Natanael, então começou uma escola diferente. Para fazer os votos... antes eu fui secretária, depois fui assessora. Ele era rígido no que fazíamos. Ele: “Olha, tem tal processo”. Ele olhava e falava: “É para o voto ser assim”. Havia coisas que eu não concordava e eu, na maior rebeldia de esposa, fazia do jeito que ele pensava e outras do meu. Ele falava: “O seu pode jogar fora, que é do jeito que eu falei”. Então, com isso eu exercitava dois raciocínios, o

dele e o meu. Eu aprendi com os processos as sentenças dos juízes. Eu sabia quem era bom, eu sabia quem... o relatório, (quem eram) os desembargadores nos relatórios. O desembargador Dilermando²¹, que era uma riqueza de literatura. E aprendi que tinha um juiz no Cível, que dava as sentenças exatas e que hoje está aqui, o desembargador Antoninho (Lopes)...

Desembargador Antoninho Lopes

Obrigado.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Tanto que quando eu fui fazer o concurso... aí, fui fazendo os cursos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Então daí a remissão que a doutora fez ao início, de que também um juiz a ajudou a escolher a magistratura.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

(Desembargador) Antoninho (Lopes), eu estudava as sentenças dele. Ele nunca soube, mas eu vi a técnica que ele desenvolvia nas sentenças, no relatório e tudo. Ele e o (desembargador) Smaniotto²². O (desembargador) Smaniotto, eu o plagiei na minha prova de Penal. Até terminei a sentença do jeito que ele terminava. Esses dias que contei para ele. Então, eu conhecia bem o processo e fazendo os

21 José Dilermando Meireles, desembargador do TJDF entre 1994 e 1998, ano de sua aposentadoria.

22 Edson Alfredo Martins Smaniotto, desembargador do TJDF entre 1997 e 2010, ano de sua aposentadoria.

cursos. Fiz especialização em Direito do Menor; no ICAT²³, Civil; e Direito Público, na UnB. Daí então, tudo pegava. Peguei o programa do concurso de juiz daqui e fui estudando despreziosamente, eu não achava nunca que fosse conseguir. Fui estudando, assistia a todas as provas orais que havia aqui, eu fugia do gabinete e assistia. Eu tinha registrado todas as questões orais que tinha feito no Direito Comercial, que era o que eu mais achava difícil. Eu tinha tudo, eu tinha um bloco...

Desembargadora Carmelita Brasil

Lembra-se dos examinadores na época?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Lembro-me. Um concurso de juiz ninguém esquece. Eu lembro que foi o desembargador José Hilário²⁴ (Batista de Vasconcelos), em Civil; o desembargador Hermenegildo (Fernandes Gonçalves), Processo Penal; como ele se chama? Que já se aposentou também, que foi Penal... o professor Matias, que foi Constitucional.

Desembargadora Carmelita Brasil

O representante da OAB.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

- 23 ICAT/UDF – Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – pós-graduação do Centro Universitário do Distrito Federal.
- 24 José Hilário Batista de Vasconcelos, desembargador do TJDF entre 1993 e 1997, ano de sua aposentadoria.

Da OAB. Quem mais? Eu lembro-me bem do professor Mathias²⁵, foi interessante. Ele com aquele jeito de examinar, de um professor. Eu havia feito um curso em que o Celso Antônio Bandeira de Mello²⁶ tinha sido professor. Então, ele me fez uma pergunta sobre o Direito Administrativo e eu falei: “Todo mundo segue mais Hely Lopes Meirelles²⁷, que pensa assim, mas eu sou mais Celso Antônio Bandeira de Mello”, e então deitei falação sem saber que ele estava me examinando. E ele me deu uma “notona”, passei bem com ele. O concurso é marcante, porque a prova oral é terrível. É pública, qualquer um podendo...

Desembargadora Carmelita Brasil

No próximo mês, dias 17 e 18 (de fevereiro de 2016), nós teremos a prova oral do 42º (Concurso)²⁸.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu sabia que o foco estava muito centrado em mim por ser mulher de desembargador, embora o (desembargador) Natanael não examinasse, mas ficava todo mundo. Eu sabia que a cobrança seria...

Desembargadora Carmelita Brasil

A cobrança seria grande.

- 25 Dr. Carlos Fernandes Mathias de Souza – Advogado da OAB/DF
- 26 Integra a quinta geração de uma família de juristas. É advogado, escritor e professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- 27 Jurista e um dos principais doutrinadores do Direito Administrativo.
- 28 2015 – XLII Concurso da magistratura do TJDF

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

E teve examinador que me cobrou mesmo. O (desembargador) José Hilário (Batista de Vasconcelos), por exemplo, alongou meu tempo de inquirição porque acho que o povo estava assistindo... Quando eu passei na prova objetiva, nem o (desembargador) Natanael acreditava que eu fosse passar. Então, ele falou-me assim: “Mas você é dureza, não é?” Porque eu havia falado: “Agora eu passo no resto, porque eu tenho confiança na minha redação, eu não gosto é de responder Direito com ‘X’”. Bom, passei, então fui até a prova oral. Foi até na hora da posse, eu de toga e falei: “Eu não acredito, não acredito”. Mas foi muito, muito bom.

Desembargador Antoninho Lopes

Em que ano foi o seu concurso?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu não me lembro o ano da posse²⁹. Eu sei que eu entrei para o Tribunal em 1984, quando fui para a Vara da Infância (e da Juventude), foi uma sequência. Então foi assim. Eu para estudar para esse concurso foram dois anos, estudando programa, quietinha, e toda vez que o (desembargador) Natanael...

Desembargadora Carmelita Brasil

Então estudou sozinha?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Sozinha. Aqui tinha um grupinho que reuníamos depois do expediente e ficávamos resolvendo algumas questões: Ana Maria, Demétrius, Carmem, Lícia e tem

mais... tinha uma que trabalhava na assessoria da presidência e ficávamos ali. Estudávamos os pontos e fazíamos os resumos, debatíamos os resumos. E toda vez que o (desembargador) Natanael ia, para representar o Tribunal para alguma coisa ou para algum congresso, eu ia como acompanhante, mas nunca fiz programa de acompanhante, eu chegava lá e dava um jeito de assistir as palestras. Sílvio Rodrigues, eu assisti (a palestra) dele, vi o Cahali³⁰, especialista em Direito de Família, transmudar, ele já idoso, o Cahali quando começava a falar, virava uma coisa e também espírito elevadíssimo. Então, o Cahali não sabe, mas foi meu mestre.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ele foi mestre de todos nós.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Então, assim que eu fazia. A ministra, hoje Ministra Nancy³¹, dava-me uma força, quando ela foi participar de encontros sobre reforma no código de processos. O (desembargador) Natanael estava indo, eu estava o acompanhando, não sei se foi, era para uma outra coisa. E ela me chamava: “Deleane, vamos conosco”. Ada Pellegrini³²,

30 Francisco José Cahali, consultor jurídico e advogado. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

31 Fátima Nancy Andrichi, desembargadora do TJDF entre 1992 e 1999, quando foi nomeada para o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

32 Ada Pellegrini Grinover, Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Recebeu, em 1998, o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Milão.

29 XXI Concurso do TJDF – 1994 – Tomou posse como Juíza Substituta em 03/02/1995.

esse pessoal todo, e eles debatendo a reforma do processo e eu quietinha lá, assistindo. Assim, eu aproveitava muito desses encontros. Quando fiz o concurso e passei...

Desembargadora Carmelita Brasil

Qual foi a primeira vara?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

A primeira foi a 2ª (Vara) de Fazenda Pública. Desembargador Hermenegildo, na época, criou um mutirão, o mutirão foi assim um horror. Tinha muito processo acumulado nas Varas Cíveis e de Fazenda Pública, então ele pegou essa turma novinha, que estava vindo com a teoria toda na cabeça e disse: "Olha, vão sentenciar. Vocês vão ficar 40 dias em casa, não precisam vir ao Tribunal. Pega duzentos processos para você, duzentos para cada um". Então ele criou (o mutirão). Assim, nós fomos. Eu peguei processo que para eu ler tinha tanto volume, tanto apenso que eu tinha de ficar em pé. Era só sentenciar. Você não tinha feito a instrução e sentenciava. Olha, trabalhamos, trabalhamos, trazíamos as sentenças todas prontinhas aqui, a equipe... para tentar desafogar as varas que estavam acumuladas. Mas foi um período puxado, viu! Eu cheguei a ficar branquinha do tanto que fiquei em casa. (Risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Então a judicatura não teve surpresas maiores, não é? Você já conhecia como funcionava uma vara, já conhecia muito bem o Tribunal.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Sim, já conhecia. Tudo. Quando (desembargador) Natanael foi diretor da... Escola da Magistratura, ele foi o primeiro diretor da Escola aqui e nós fomos, eu já era funcionária, fui com ele até Porto Alegre para ver como funcionava e a escola já avançada, de Dall'Agnol³³ que era... eu vejo o nome Dall'Agnol por aí, deve ser o filho dele, já atuando como procurador. Fomos conhecer como o Dall'Agnol havia montado lá (em Porto Alegre). Daí, montei com o conhecimento de pedagogia, assessorando aqui, montamos a Escola. O primeiro curso... ele lembrou o nome do primeiro curso ontem, mas eu não me lembro mais. Nós chamamos os juizes que tinham maior comunicação e que sabíamos que funcionava bem a vara, cada um falava, um veio falar sobre a Vara de Família; o outro sobre Cível; outro, Criminal. Então mostrava para os juizes novos como ele administrava aquela vara, como funcionava, o que havia de peculiaridade e assim por indo. Montamos o primeiro curso, eu lembro que um dos alunos foi Hector, foi da turma do Hector Valverde³⁴, que eu lembro que ele por ser goiano, eu me lembrei bem dele, frequentando o curso. Então, isso também me fez conhecer bastante como funcionava, como administrava cada vara. A desembargadora perguntou-me qual a primeira vara? Foi Vara de Fazenda Pública. Justamente, por coincidência, uma segunda vara, onde (desembargador) Natanael havia sido juiz. Na época quem era

33 Desembargador Antonio Janyr Dall'Agnol Junior do TJRS, foi Diretor da Escola Superior de Magistratura do Rio Grande do Sul, durante o período de 1992 a 1993.

34 Hector Valverde Santana, juiz substituto de 2º Grau do TJDF.

juiz era o (desembargador) Camanho³⁵, aquele brilhantismo do Camanho na comunicação.

Desembargador Antoninho Lopes

E o (desembargador) José Hilário (Batista de Vasconcelos) também passou por lá, pela 2ª (Vara)?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

José Hilário, foi. Mas acho que ele era a 1ª (Vara), não era?

Desembargador Antoninho Lopes

Não, era a 2ª (Vara) mesmo.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

A 2ª (Vara)? Pois é, outro que a sentença, nossa! (Desembargador) José Hilário sabia muito.

Desembargador Antoninho Lopes

Sabia muito.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

(Desembargador) José Hilário era assim: a sentença que merecia, pela complexidade do Direito, ele alongava mais. Quando a questão era simples, não fugia da técnica, decidia e pronto. Mas ele não gastava tempo com questões simples, aprofundava na outra. Então, com isso eu aprendi a técnica de cada um. Assim, quando ainda substituta, eu fui para a Vara Criminal de Sobradinho, fui para uma de Família aqui.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quantos anos ficou na substituição, lembra-se?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Não foi sofrimento, eu não guardo. (Risos). Não sei quando. Eu sei que quando chegou a minha vez, na ordem de antiguidade, estava instalando o (Fórum do) Paranoá. Então, os meus colegas melhores classificados, eu acho que fui 16ª no meu concurso³⁶.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quantos passaram no seu concurso?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu acho que 28, por aí.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi bastante.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi uma turma boa. Quando chegou a minha vez, Paranoá. Eu poderia escolher Cível ou Família lá. Achei que a Família era mais de acordo com o meu perfil e a minha formação. Então fui para Família. Interessante, o Paranoá... quando foi criada a Circunscrição (Judiciária) do Paranoá e a de Samambaia, eu trabalhava como técnica, não no gabinete do (desembargador) Natanael, e eu quem fiz o estudo, por meio da Codeplan³⁷ e tudo mais, se era viável instalar novas circunscrições. Um estudo da população e tudo mais. Então, uma das vezes que fui

36 XXI Concurso (1994) da magistratura do Distrito Federal. Deleane Camargo de Santana Fernandes foi aprovada em 18º lugar para o cargo de juíza de direito substituta. Foram aprovados 26 candidatos nesse concurso.

37 Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

lá, eu falei: “Um dia se eu for juíza, eu quero ser juíza num lugar assim”. Parecia um lugarzinho do interior. Foi quando mudou a comunidade da Barragem do Paranoá foi toda mudada para o Paranoá antigo. Coincidência, quando chegou a minha época de ser promovida, a vaga estava lá na Vara de Família. Mas antes eu fui do Juizado Especial, que eu acho que foi outra coisa que marcou na história daqui do Tribunal. Vale a pena detalharmos. É que a Lei nº 9.099³⁸, quando veio a então desembargadora (Fátima) Nancy (Andrighi), já cuidava dos Juizados de Pequenas Causas, que até hoje as pessoas chamam de “Pequenas Causas”, mas que de pequenas causas não têm nada. Então, já cuidava disso e ela criou uma equipe para estudar a Lei nº 9.099/95, e isso foi, eu tenho aqui um registro, uma publicação de 1995, quando nós então implantamos a Escola da Magistratura.

Desembargadora Carmelita Brasil

Será que a (Fátima) Nancy (Andrighi), a Ministra, era diretora da Escola?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Era. Então, veja, os juízes que fizeram parte dos Juizados (Especiais). E aqui, esse livrinho circulou e nós fizemos um manual. Esses livrinhos circularam o Brasil inteiro. (O estado do) Rio Grande do Norte funcionou a partir

desse nosso modelo e isso foi ainda na gestão do desembargador Carlos Augusto (Machado Faria)³⁹, e quem era o Corregedor, era o desembargador José Jerônimo (Bezerra de Souza)⁴⁰. Então, depois que a desembargadora (Fátima) Nancy (Andrighi) deixou o nosso Tribunal, foi ser ministra, então, nomearam-me coordenadora dos Juizados (Especiais), aí é que funcionamos de uma forma muito interessante. Aqui, neste livro é possível ver o cronograma. O fluxograma, como que deveria funcionar, disposição, tudo. Os modelos, os formulários de preenchimento... como deveria o conciliador... tudo, a redução a termo. Nós montamos, na época eram três Juizados Cíveis funcionando com uma única secretaria. Uma única secretaria atendendo três (Juizados). Uma única secretaria para dois criminais. Então eram poucos funcionários, tinha um funcionário que já fazia redução a termo, nós fizemos contatos com as faculdades para formarem os conciliadores. Conciliadores eram estudantes dos últimos anos do (curso de) Direito. Fazíamos o curso de conciliador, dávamos as palestras, explicávamos como deveria conciliar. Não tinha remuneração, fizemos uma luta com o Brasil inteiro porque os conciliadores dos outros estados já queriam remuneração, então nós mostramos que aqui nós conseguíamos conciliadores assim e conseguimos que o Tribunal atribuísse uma pontuação para quem recebesse o certificado de conciliador e a frequência, ele poderia ter uma pontuação nos concursos que o Tribunal realizava.

38 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

39 Desembargador do TJDFT entre 1987 e 1998, ano de sua aposentadoria.

40 Desembargador do TJDFT entre 1991 e 2006, ano de sua aposentadoria.

Com isso, tínhamos uma frequência dos conciliadores, era muito interessante tudo isso, além dos formulários para agilizar o Juizado. Outra coisa que nós inventamos e que não deve funcionar mais, porque a coisa mudou, ampliou o valor da causa para ter abrangência dos Juizados, isso eu acho que fez o Juizado perder um pouco a agilidade e a finalidade. Daí então, nós fizemos contato com o departamento de Correios, porque o que demorava era a intimação e citação. Então, aquele formulário do Correio, ARMP,⁴¹ não poderia ser, porque aquele era regra internacional. Então, criamos uma tarja, um adesivo colorido, sabe aqueles adesivos coloridos? Pregávamos nos AR's esses, a Central de Mandados sabia que era de Juizado, eles não tinham que fazer nada, mandavam direto para o Juizado. Fizemos contato, agilizávamos. Fiz contato com a Delegacia da Mulher – DEAM,⁴² – ela tinha acesso à nossa pauta, quem agendava as audiências de violência contra a mulher era a DEAM. Então tinha sempre aquela resistência de apresentar imediatamente e tal. Nós falávamos: “Não, quarta-feira ou quinta-feira é dia da DEAM, só violência, você pode citar aí e pode trazer porque o delegado falando é melhor do que até chegar a correspondência ao Tribunal, a citação e tal”. Então já vinha direto. Quarta-feira era dia da DEAM, só tinha violência doméstica. Com isso, nós agilizávamos e foi um período de muito trabalho e de coisa nova.

Desembargadora Carmelita Brasil

Tudo novidade.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Os inquéritos vinham da delegacia, porque tinham de vir rápido. Os que estavam em grau de recurso no

41 Aviso de recebimento de mão própria.

42 Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Tribunal tinham de descer para terem a oportunidade da conciliação, então pronto. Os delitos de trânsito... Teve uma época que eu estava lá, vizinha do desembargador Antoninho (Lopes), ele era da (Vara) Cível e eu era do Delito de Trânsito, lembra-se?

Desembargador Antoninho Lopes

Lembro-me.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Substituindo a querida Aparecida, eu acho que ela já estava convocada aqui. Então lá, nós fizemos, eu com o doutor Alexandre (Fernandes Gonçalves), promotor, filho do desembargador Hermenegildo (Fernandes Gonçalves), que conheci menino, meu vizinho Alexandre, e ele era promotor na Vara de Delito de Trânsito. Criamos uma dinâmica que juntava todo mundo na sala e falávamos: “Se quiserem fazer acordo, vêm para a sala ao lado”. Pegávamos dois funcionários do cartório, que faziam o acordo enquanto nós fazíamos a instrução. Quem não tinha acordo fazia a instrução na hora, enquanto trabalhávamos aqui, homologava-se acordo de cá e já resolvia tudo. O que aconteceu com a (Vara) Delito de Trânsito? Acabamos com os processos de delito de trânsito. Isso nessa avalanche. No final foi ótimo.

Desembargador Antoninho Lopes

Isso ainda no prédio velho.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Prédio velho. E de vez em quando... assim, a escolha para os juízes que atuassem no Juizado Especial precisavam de conhecer muito de Direito Material,

porque a sentença era dada na hora, não é? E nós dávamos a sentença na hora. E as audiências, nós tínhamos de marcar eram nove, dez audiências de conciliação, tinha juízes que iam e não queriam: “Não, marca três, quatro...” E eu falava: “Não pode ser três, quatro, porque vai fazer acordo e o juiz não vai fazer nada”. No mínimo... eu fazia, então eu sabia...

Desembargadora Carmelita Brasil

No mínimo, quantas (audiências)? Quinze?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Era bastante. (Risos). Só davam umas quatro, cinco audiências de instrução, que davam conta de fazer, era tudo muito simples, oral, tudo era gravado, os advogados achavam ruim porque tinham de fazer contestação oral e eles não estavam acostumados. Teve um advogado que me desacatou em audiência, quis jogar um “código” em mim.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi mesmo? Nunca soube desse incidente.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi. Mas resolveu lá, pronto e acabou. Eu falei: “Eu registro, o senhor pode jogar o ‘código’, mas vai ser desse jeito aqui”. Ele não queria fazer a contestação oral. Então, era tudo... e resolvia tudo. E realmente dava a sentença em hora.

Desembargadora Carmelita Brasil

Essa agilidade infelizmente...

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Perdeu-se. Eu acho que a complexidade da Turma Recursal também se perdeu. Eu já vi...

Desembargador Antoninho Lopes

Foi ficando muito formal.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi ficando formal e discutindo... um lugar em que não era fácil decidir. A prova é limitada, porque é tudo ali e a sentença na hora. E o direito é o mesmo. Então, às vezes, eu corria lá no desembargador Antoninho (Lopes): “Antoninho, me empresta seu Código Civil e vamos me ajudar aqui”. Nisso também ele me ajudou. Eu já sabia que ele era bom, estava lá vizinho, por que não? Hoje eu percebo que os juízes substitutos, não têm essa humildade mais, de correr a um que passe a seu orientador, que solucione em uma questão qualquer. Então, eu acho que nós tínhamos...

Desembargadora Carmelita Brasil

Hoje os juízes substitutos, doutora Deleane, têm um orientador oficial. Nesse período de preparação, no curso preparatório, ele tem um colega, já titularizado, que vai realmente acompanhá-lo. Agora, entre o aspecto formal e essa vontade e essa confiança que surge de um laço natural, como esse que a senhora falou, é uma distância muito grande.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu acho que precisa ter humildade de expor a sua limitação. Ninguém sabe tudo de Direito. Ninguém domina tudo. Então, chega uma hora que você precisa da orientação de um mais experiente. Eu falava para o (desembargador) Natanael: “Olha, duas coisas temos de aprender quando se torna juiz: sentenciar, todos sabem a técnica, conhecer o Direito, está lá bonitinho. Mas equilibrar o justo ao Direito, você dar a sentença e acordar à noite e falar: “Meu Deus, eu acho que isso precisa mudar”. Quantas vezes eu já levantei e corrigi coisa que eu havia decidido. O reflexo de um juiz de Vara de Fazenda Pública... conforme ele pode inviabilizar a administração. Um juiz que quer mostrar que sabe, todo mundo está ali porque sabe... um juiz que não tem essa sensibilidade de perceber, de fazer uma interação com o réu ou interação com aquela parte que está a sua frente para sentir a dinâmica de vida dele e isso ter atuado em uma comunidade pobre, mais simples, me ajudou muito a entender a pessoa, aquele que chega em casa, que trabalhou e que ganhou o dinheirinho da semana e que não foi fazer um happy hour, mas tomou uma pinga no boteco e chega em casa violento, porque a mulher não fez a comidinha para ele. Então, você tem de aprender a entender isso, eu acho que isso é muito importante para o juiz. Acho que isso de circular nas satélites⁴³ é muito importante.

Desembargador Antoninho Lopes

○ seu trabalho no (Fórum do) Paranoá foi bastante reconhecido. Todo mundo conhecia o seu trabalho lá.

43 Regiões Administrativas do DF, antigamente chamadas de cidades satélites.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

○ (Fórum do) Paranoá foi minha vida. Eu falo que, no final, eu estava acordando às 5 horas da manhã para dar conta do volume de processos, mas lá, Paranoá, eu fui assim... uma coisa que eu acho que foi meio escolha minha, mas lá eu pude trabalhar com essa comunidade, lá eu fui juíza eleitoral da 2ª Zona (Eleitoral) e essa comunidade me cativava pela simplicidade com que contava as coisas, em uma vara em que mostra as mazelas das famílias, as dificuldades. Então, lá eu interagia muito bem com eles. Eu sempre fiz audiência de conciliação.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi o fecho da sua carreira.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Lá, eu acho que fiquei uns dez anos ou mais. Então, lá eu fazia as audiências de conciliação. Como eu tive um problema neurológico, eu tive um tumor cerebral, e fiquei um pouquinho com a memória prejudicada. Se eu lesse o processo hoje, no outro dia na audiência, eu poderia não estar lembrando alguma coisa. Então, eu peguei o hábito de levar todos os processos da audiência do dia seguinte para casa e estudava o processo e fazia o resumo. Eu chegava à audiência e chamava a parte pelo nome e sabia o nome dos filhos, sabia da dinâmica de família. Isso aí me ajudou em quê? A interagir com eles, que tinham maior confiança porque sabiam que eles não eram um número, eles não eram um processo. Eu conseguia muita reconciliação. Tinham muitos juízes colegas meus, que falavam: “Deleane, você ainda faz audiência de conciliação?” Eu falava: “E reconcilio muitos casais”. Mesmo que seja para depois eles se separarem, mas conscientes e acei-

tando mais a dinâmica da separação, aceitando essa ruptura da família, eu acho que vale a pena. Então, eu faço a audiência, ninguém preside a audiência por mim, eu faço conciliação de todos, marco tudo, marcava de quinze em quinze minutos, porque se fazia e eu já tinha os termos no computador, ali já preenchiam, a secretária era muito boa, o pessoal que foi trabalhar comigo era fantástico. Teve gente que foi assim para mim chorando porque não queria... que o Tribunal havia mandado para lá. Eu tive uma funcionária que era doutora em biologia. Ela chegou lá e ficou horrorizada de carregar processo e tudo. E eu falei: "Olha, você fez o concurso para o Judiciário e você vai ter que fazer". No final, ela fez (o curso de) Direito, agora ela até já saiu do Tribunal, fez concurso para fora. Fez Direito, me ajudou muito, para incentivá-la eu pedia que ela fizesse um levantamento em todos os laboratórios de Brasília que faziam exame de DNA, para ver quais usavam técnicas seguras para eu poder indicar. Ela fez um estudo, havia trabalhado no Ministério da Saúde, de como montar a sala da criança. Então, lá como era comunidade pobre, as mães quando iam para audiência, todas iam com os filhos, não tinham com quem deixá-los... estavam dando de mamar, estavam não sei o quê... era um passeio social. Daí entravam todos para audiência. Criança assistindo a uma polêmica entre pai e mãe. Falava: "Isso não está certo". Eu era diretora do fórum, administrava o espaço. Criei uma salinha na frente, pequena, mas coloquei lá berço, que foi do meu neto, mesinha, todos os funcionários começaram a levar brinquedos. Então tinha quadro-negro, tinha tudo lá para

a criança ficar. Ao invés das mães ficarem ou as famílias ficarem ali se intrigando no corredor, consegui uma televisão com um vídeo e o serviço médico me cedeu uns vídeos da Johnson⁴⁴, que ensinavam como cuidar de criança, como amamentar. Então as mães enquanto esperavam, assistiam alguma coisa lá. E era interessante, mas não tinha ninguém para cuidar dessas crianças.

Desembargadora Carmelita Brasil

Isso que eu já ia perguntar-lhe, nenhum servidor? É a nossa luta, a gente nunca tem, não é?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Não tinha servidor. (Risos). Era em frente à minha sala. Tinham os seguranças que estavam por lá. Era o corredor que só tinha Vara de Família e as crianças...

Desembargadora Carmelita Brasil

Naquela época, a Circunscrição (Judiciária) do Paraná tinha quantas varas?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi instalada com uma (Vara) Cível, Criminal e o Júri.

Desembargadora Carmelita Brasil

Três?

⁴⁴ Johnson & Johnson, empresa americana, especializada em produtos de higiene pessoal.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

(Varas) Criminal e Júri, juntas, e Família, daí depois foi desmembrando. Ficamos com duas Criminais, duas de Família e os Juizados. Enquanto fui diretora lá, eu colocava em cada corredor do prédio um tema. Família aqui, Criminal em outro, Juizado em outro, que já reunia o povo ali. Bom, então quem ficava cuidando dessas crianças? Na hora que a mãe estava em audiência, outras mães que ficassem por lá, porque eu não podia designar ninguém. Então, não tinha servidor. E as crianças brincavam, tinham umas que batiam na minha porta e me chamavam: “Ô tia, acabou o giz, acabou o lápis”. (Risos). E muitas crianças que as mães começaram a mandar para o fórum para ficarem lá, porque não tinha a creche, não tinha a escola, não tinha nada, quando eu descobri, tinha criança frequentando, à tarde, a sala de criança para ficar brincando, desenhando.

Desembargadora Carmelita Brasil

Como se fossem espaços da comunidade.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

É. Então isso aí me facilitava muito, a interação com a comunidade. Foi muito gratificante. Isso do juiz presidir audiência, do juiz interagir com o cidadão e tudo. Não dava para andar pelo Paranoá, porque eram muitos processos, eram audiências à tarde inteira e sentença e olhar os processos era em casa, e tudo. Mas, então, teve essa sala da criança, que foi muito bom, as festas de Páscoa, uma instituição, uma creche que recebe filhos de detentos, e nós fazíamos sempre “Dia da Criança”, “Festa de Páscoa” lá no fórum. Fazíamos gincanas entre as seções e tal. No “Dia da Criança” levávamos para passear lá no clube dos servidores do Tribunal. O jardim em frente ao fórum, mudas, lá tem ipês que eu plantei que eu fiz muda e plantei lá, não

voltei ainda para ver se está florindo ou não. (Risos). Mas, então, foi muito bom. E era um fórum feminino, tinha um único juiz, do Tribunal do Júri, que na época era o Fischer,⁴⁵ e o resto era mulher. Então, era um fórum feminino. A gente não se encontrava (era) cada uma no seu trabalho, mas sexta-feira... na época foi a doutora Ana Maria, que era a diretora do fórum, ela instituiu que sexta-feira nós faríamos um lanche, todos juntos na sala de lanche dos juízes. Essa sala eu defendi com unhas e dentes lá. Tinha espaço para Defensoria, tinha espaço para o Ministério Público, tinha para o Núcleo de Assistência da faculdade. Teve um chefe lá, o filho do Jorge Hage,⁴⁶ que também era fabuloso o rapaz, que foi chefe do Núcleo de Assistência. Então, todos queriam o espaço lá de cima, porque era o espaço comunitário do fórum, lá fazia festa de Páscoa, festa junina, tudo se fazia lá. Mas na sexta-feira, nós nos reuníamos e lanchávamos lá. Precisa de um espaço próprio para você descontraír, para você dizer da sua problemática naquela circunscrição, dizer como estava atuando e tudo mais, e do dia a dia mesmo, das futilidades.

Desembargadora Carmelita Brasil

Então ao chegar à Vara de Família, no caso específico, que foi na Circunscrição Judiciária do Paranoá, a doutora encontrou aí o campo ideal para trabalhar, nunca pensou em sair de lá, ficou até aposentar. E aposentou-se muito nova, não é, doutora Deleane? Qual a razão dessa aposentadoria precoce?

45 João Luis Fischer Dias, juiz de direito do TJDF.

46 Jorge Hage Sobrinho, juiz de direito do TJDF, aposentado.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Não foi muito nova não. Eu tive um período lá também, vou falar sobre a “carreira da magistratura”, que eu fui surpreendida um período em que eu saí de férias e quando eu voltei, estavam as funcionárias me chamando: “Desembargadora, desembargadora”. E eu dizia: “Como?” Pelo fato do Natanael ser desembargador, de vez em quando o povo me chamava de primeira dama, desembargadora... mas eu nem ligava, ele não era presidente mais não. Então, falaram: “Doutora, a senhora não viu o jornal não? Foi publicado, a senhora foi convocada para o Tribunal”. Quando o Tribunal fez a pergunta se preferia a área Cível ou Criminal, eu nem respondi porque eu falei: “Não vai chegar a minha vez nunca!” Eu sempre preferi o Cível. Quando saiu a minha convocação: “Criminal”, para substituir quem? (Edson Alfredo Martins) Smaniotto. Eu falei: “Meu Deus!”. Eu tremi nas bases. Mas eu falei: “Desde o começo foi assim, eu aceito desafio e desafio é para vencer”. Olha, morri estudando Direito Penal outra vez. Daí, vim. Os votos do (desembargador) Smaniotto eram uma coisa fantástica. Eu vinha, foi um período difícil porque recebíamos os processos... então, eu acho que os outros juizes ou estavam já convocados ou em outras atividades, ou estavam de férias e tal, e chegou o meu nome. Então, chegou o meu nome. Só sei que foi uma experiência também fantástica, julgar em colegiado é uma coisa muito gratificante. Discutir o Direito, respeitar o ponto de vista do outro, é a mesma coisa que aceitar uma sentença sua, reformada pelo Tribunal. Quando eu tive a primeira que

foi consertada. Eu falei: “É um exercício de humildade, que o juiz precisa ter”. E é isso mesmo! Aceitar que o seu pensamento, a sua forma de ver o Direito, pode não ser a correta, pode ter alguma coisa que precise de reparo. Então, o juiz precisa ter muito isso. E o julgar colegiado foi muito bom. Tinha dia em que o Presidente da Turma chamava meus processos para me liberar e voltar para o (Fórum do) Paranoá, porque eu tinha minhas atribuições lá, meus processos. Então, muitas vezes eu terminava. Mas nos dias em que eu vinha para o Tribunal, pela distância do Tribunal, eu não agendava audiência. Eu estava por conta do Tribunal. Eu ficava embevecida vendo o (desembargador) Smaniotto julgar, vendo o (desembargador) Mário Machado (Vieira Netto)⁴⁷. Olha, era muito bom e o convívio era muito bom. A (desembargadora) Sandra De Santis (Mendes de Farias Mello)⁴⁸ do meu lado ali. Encheu de honra o meu currículo, porque eu participava com gente ali que para mim sabia tudo de Direito e eu ali. Mas foi muito bom. Venci essa etapa, passei a gostar mais do Direito Penal e continuei com meu enfoque mais rígido na questão do tráfico, porque eu já tinha a experiência de trabalhar com menores que usavam droga e tentavam sair da droga e não conseguiam por causa do tráfico. Daí, fui um pouco rígida, o traço que eu trouxe. Mas voltei para a minha vara, voltei à normalidade, comemorei ter dado conta de todos os processos e foi interessante. Agora, o período eleitoral foi um período difícil. Foi um volume muito grande, e a época de eleição que estive no Paranoá, era

47 Desembargador do TJDF desde 1997.

48 Desembargadora do TJDF desde 2004.

um povo que se envolvia muito no processo eleitoral, o dia da eleição foi muito conturbado. Uma eleição em que nós estávamos fazendo apuração, passamos duas noites e um dia todinho sem dormir, sem nada, dormimos no estádio lá para fazer as apurações, aquelas urnas eletrônicas ainda estragavam muito. Então, foi muito difícil conter o povo, eu tive de prender gente lá e que depois a turma veio, ele era um líder comunitário, que estava ameaçando gente mesmo e lá eles brigavam para ferir as pessoas e, então, eu mantive na carceragem do fórum um que era líder. Depois é que eu soube que ele representava Jesus Cristo na época da Semana Santa. Então, a turma veio querendo invadir o fórum. Quando veio invadir o fórum, que era o prédio do meu ciúme, eu saí e o segurança atrás de mim e o promotor mais atrás, e o segurança: “Doutora, não vá sozinha”. Eu falei: “Pode deixar que eu vou resolver”. Peguei o sujeito que estava encarcerado e falei: “Eu não vou conversar com a turma, não sou doida”. Tinha grade. Coloquei-o do meu lado, e falei: “Você vai continuar detido até chegar a última urna, eu prometo que o solto depois que a última urna chegar aqui. Mas você vai me mostrar quem é a líder do movimento aqui e você vai conversar com ela o que eu falar”. Então, ele mostrou-me. Era uma senhora. Ele conversou e eu falei: “Olha, eu tenho cela para todo mundo aqui se vocês continuarem, mas se vocês dispersarem e entregarem essas bandeiras e esses negócios para o segurança, ele vai sair depois que chegar a urna, mas agora tem que sair todo mundo daqui”. E ele que conversou, e saíram. Na hora que eles saíram eu tremia. (Risos). Depois, um dia também tivemos de fechar o portão de uma das sessões de um prédio e a turma lá fora, aqueles que ficam atrasados e tudo, mas os que tinham senha nós já havíamos recolhido e todos dentro do prédio. Eles arrebitaram o portão, passaram por cima, arrancaram-me a unha do dedão, mas foi uma coisa assim...

Desembargadora Carmelita Brasil

Isso no dia votação, da eleição?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

No dia da eleição. Eu pedi mais reforço de segurança, quem era... eu acho que foi a desembargadora Haydevalda (Aparecida Sampaio)⁴⁹, ou o desembargador Nívio (Geraldo Gonçalves). Então mandaram um reforço lá e controlou. Mas o período de eleição foi muito difícil. Passou, cumpriu o... Mas é interessante desembargadora, no dia que eu estava indo, de carro do eleitoral e tudo mais, o papel da mulher na magistratura... eu de carro indo trabalhar, para fazer inspeção nas sessões para ver se estava tudo direitinho, quando então um popular passou: “Está usando carro oficial, não é, madame? Essa mordomia vai acabar”. (Risos) Eu falei: “Pois é, ele está à toa, e eu estou trabalhando e estou ouvindo isso”. Foi muito interessante.

Desembargadora Carmelita Brasil

Doutora Deleane, muito interessante esse incidente e eu a pergunto, nós já estamos chegando ao final, ele já me deu o aviso de tempo. Você sentiu alguma discriminação como mulher, ao exercer tantas atividades importantes, ao correr até tantos riscos físicos, em determinados incidentes?

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu acho que discriminação não, mas um tratamento diferenciado sim. Juíza, mulher, muitos homens machistas, parte, advogado, tudo isso trata, principalmente quando a parte que perde. Aí dá sempre um comentário. Eu vou ao

49 Desembargadora do TJDF entre 1999 e 2009.

CNJ⁵⁰... teve outra coisa do CNJ também, do controle do CNJ, o valor dos juízes, começaram a questionar isso em audiência, não somente o advogado, mas profissionais, tudo mais, qualquer coisa, o CNJ. E, também, a desembargadora falou-me sobre a aposentadoria que foi precoce.

Desembargadora Carmelita Brasil

Eu gostaria antes de encerrar, que nos desse assim uma espécie de justificativa, não é?

Desembargador Antoninho Lopes

É, uma justificativa. Uma carreira bonita dessa...

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Foi uma paixão. Foi a minha vida, uma parte da minha vida, que foi muito importante para mim. Mas o mais importante não foi isso na minha vida. O mais importante era o marido que eu gostava, e gosto. Ele ia se aposentar, achava que estava no momento dele, e eu queria ficar com ele. (Emociona-se).

Desembargadora Carmelita Brasil

A respeito de discriminação, desembargador Antoninho (Lopes), eu tenho um caso muito interessante também. Em uma audiência, interrogatório de interditando, o filho levou o pai, e o pai estava muito inquieto, parece que não tinha tomado o remédio, justamente para poder sair e

50 Conselho Nacional de Justiça.

comparecer à audiência. Então, ele apontava para mim, doutora Deleane, e perguntava para o filho: “Quem é essa mulher aí?” O filho virou para o pai e falou: “É a juíza”. O pai: “Ah, é a mulher do juiz”. (Risos). A juíza é a mulher do juiz.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Mas eu já tive algo nessa idade, em que (desembargador) Natanael era juiz, às vezes chegava alguém na porta e eu ia atender e falavam: “O seu pai está em casa?” (Risos). Ele muito novinho e eu também. Agora, específico assim por ser mulher, eu não senti tanto, a não ser nesse dia em que fui enfrentar o povo que estava entrando no (fórum). É claro que eu estava me valendo da condição de mulher também, aí foi vantagem. Mas que mulher precisa de estudar mais, precisa de administrar melhor o tempo, tudo mais para conseguir exercer uma profissão como a de magistrado, precisa. Tanto que eu tinha colegas que estavam amamentando e dando sentenças, a Oriana⁵¹, por exemplo, eu me lembro muito bem dela contar, porque eu dividia a condução com ela. Ela contando que já estava quase no final da sentença, o bebezinho que ela estava amamentando dava um chutezinho no teclado e sumia tudo. (Risos). Então, as mulheres têm dificuldades específicas, não é? Mas têm também oportunidades específicas de terem maior receptividade, são tratadas com mais carinho, eu acho que tem tudo isso, a mulher que sabe, ela sabe tirar o partido. Daí, da aposentadoria... O (desembargador) Natanel foi juiz desde novinho,

51 Juíza de Direito do TJDFT, Oriana Piske de Azevedo Barbosa.

ele falava que já tinha exercido tudo quanto é função, cargo da magistratura e queria aposentar-se, estava com diabetes complicada e eu acho que ele merecia isso e não queria que ele ficasse só. Então, eu acho que foi a escolha certa, saí também... Vou ser muito sincera, uma coisa que me motivou foi o CNJ. Por quê? O juiz, eu acostumada com os juízes desde menina quase, eu vi sempre os juízes trabalhando, os juízes dedicados, honestos... e com o controle do CNJ, eu vi um desrespeito. O juiz para ser tratado, passou a ser tratado como um preguiçoso, que não trabalhava, que poderia ser afrontado na audiência por qualquer pessoa, podia ser desacreditado, que os recursos que eram recursos mais ofensivos do que técnicos, e os próprios operadores do Direito, eu já tive ocasião de desrespeito em audiência e tudo mais, eu falei: “Eu tenho uma vida para cuidar, uma vida cheia de afeto e tudo mais”. Gosto muito da magistratura, gosto muito do que faço, mas eu acho que tem um momento, que você fala “chegou o meu momento”. A própria evolução do Direito de Família, a gente vai tendo a visão própria da gente, a forma de interagir, a forma do Direito de Família evoluir, eu falei: “Eu não consigo...”

Desembargadora Carmelita Brasil

É um dos ramos do Direito que mais evoluiu.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Evoluiu. Então, a família está colocada em um segundo plano. Os valores de família não são trazidos e são preservados. Isso eu senti e falei: “Isso eu não vou conseguir mudar o meu jeito de ser, o meu jeito de pensar”. O juiz precisa ter essa empatia e eu não vou conseguir ter, está na hora de eu sair. E saí. Os funcionários diziam assim, como o (desembargador) Natanael ia sair também, a minha vara virou uma rotatividade de funcionários

porque ninguém queria ficar comigo, porque eu iria me aposentar, eles me aposentaram junto com ele primeiro, sabia? Eu não conseguia formar equipe. Então, pessoas que começaram comigo lá, que nem havia feito curso de Direito e já estavam fazendo concurso por aí, planejando-concurso. Eu já estava querendo sair, mudou a sistemática do Tribunal. Tive funcionários que chegaram e falaram: “Hoje é o meu último dia, amanhã eu tomo posse em tal lugar”, porque eu não tinha mais o que oferecer na vara para eles. Ficou difícil administrar a equipe, então havia chegado o momento.

Desembargador Antoninho Lopes

Eu também passei por isso.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Não passou? O pessoal vai saindo, porque (pensavam): “Não, eu vou perder essa função”. E é natural, que eles busquem isso. Então eu acho que não foi precoce não, eu engano muito. Eu tinha um tempo de Goiás, porque eu fui professora lá, e depois contei de (ano) 84 para cá, quando eu fiz até uma justificativa judicial para tentar juntar o tempo que eu dei aula de piano, que foi até a doutora Selene, que fez a minha audiência. Eu tinha um tempo que eu poderia até juntar mais, mas acabei não juntando, como professora de piano que comecei a dar aula desde os dezesseis anos por aí. Mas foi o tempo justo e puro e muito aproveitado aqui na magistratura. E o Tribunal passou a ser a minha casa, é aqui que há um significado de coisas construídas e amizades estruturadas, e é de verdade mesmo, morar em apartamento funcional fez com que a gente crescesse como uma família. Viemos para Brasília sem as nossas famílias originárias e ali os

vizinhos: (desembargadores) Otávio (Augusto Barbosa)⁵²; Hermenegildo (Fernandes Gonçalves); (Deocleciano Elias de) Queiroga⁵³; nós morávamos todos no mesmo andar, o desembargador (José) Dilermando (Meireles), meu vizinho de baixo que tocava violino e eu tocava piano, quando eu tocava piano, ele subia pra tocar comigo; o desembargador (José) Jerônimo (Bezerra de Souza), que eu já o chamo assim, que é o nosso vizinho quando nós mudamos no dia 31 de dezembro, não tinha nada funcionando naquele dia, nós queríamos mudar para preservar os móveis que nós queríamos viajar, ele desceu com uma panela de sopa, daquelas bem substanciosa e quentinha. (Risos). Então era uma amizade, os meninos cresceram como irmãos, até hoje eles se reúnem, meu filho tem um dom de agregar, reúne os colegas daquela época, hoje tem juiz, tem promotor, defensor, tem tudo. (Ele) reúne na casa dele, nós somos tios, tias, então essa é a nossa família. E assim foi o Tribunal, tem toda essa história. Isso daqui [revistas] eu achei de coisas que nós divulgamos, e essa aqui é a primeira revista dos Juizados, a da Escola da Magistratura, então têm coisas que eu guardo como relíquia. A primeira revista que nós montamos aqui foi (com) o Girade⁵⁴ aqui, quando (desembargador) Natanael estava acho que na

52 Desembargador do TJDF entre 1992 e 2014, ano de sua aposentadoria.

53 Desembargador do TJDF entre 1990 e 1994, ano de sua aposentadoria.

54 Servidor do TJDF, Marcelo Girade Correa.

Vice. Fizemos uma forma que, por cada assunto, tinha orelha do livro de uma cor, com isso aqui nós divulgamos o Distrito Federal nos Juizados. No Brasil inteiro nós distribuímos essas primeiras revistas do Juizado, a não ser Mato Grosso que já funcionava de uma forma antes da Lei nº 9.099/1995, mas nós fomos precursores, até São Paulo seguiu esse modelo, porque eles não tinham Juizados ainda. Pois (o estado de) São Paulo é muito complexo, e aqui nós tínhamos a grande vantagem das circunscrições judiciárias serem todas próximas... próximas da administração, fácil de administrar, todos os juizes participam, e isso fez Brasília ser especial mesmo, por isso nós temos essa justiça de excelência, que quando elogiam, eu acho que é mais do que justo, um acórdão em tempo real, é tudo, o brilhantismo dos componentes do Tribunal, nós temos pessoas aqui...

Desembargador Antoninho Lopes

Eu trabalhei nesse acórdão em tempo real. Isso dava uma trabalhadeira... até hoje deve dar, não é? Para manter isso...

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Pois é... a digitalização que se busca. Então são coisas que...

Desembargador Antoninho Lopes

Fomos informatizados primeiro que muitos...

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Então eu acho que é isso... acho que fiz o limite do que eu fazia, trabalhei com as melhores das minhas forças, mas ainda vejo que muita coisa que poderia ter sido feita, mas o tempo é limitado. Sinto falta,

nós quando nos aposentamos – não é, desembargador (Antoninho Lopes)? – nós saímos do contexto...

Desembargadora Carmelita Brasil

Venha sempre matar a saudade conosco...

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Pois é, mas é que vocês estão sempre trabalhando, nós não temos o direito de ficar aqui não. (Risos). A gente sai do contexto, mas guarda tudo de bom do Tribunal, e fica a saudade só... (Risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Doutora Deleane, nós agradecemos muito. Foi uma entrevista...

Desembargador Antoninho Lopes

Muito rica, não é?

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi uma entrevista para enriquecer o nosso acervo, a memória do Tribunal, embora nós já esperássemos pela grandeza da sua trajetória, que já conhecemos muito bem, foi fantástico ouvi-la. Muito obrigada.

Doutora Deleane Camargo de Santana Fernandes

Eu é que agradeço, desembargadora Carmelita (Brasil), se contribuí para alguma coisa, mas o afeto é tão grande que a memória é afetiva, e não tão técnica.

◀fim▶

DATA DA ENTREVISTA

21/01/2016

LOCAL

Brasília-DF

ENTREVISTADO

Juíza de Direito Deleane Camargo de Santana Fernandes

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Antoninho Lopes

TRANSCRIÇÃO

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

REVISÃO

Virgínia Reis da Costa – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

JUÍZA DE DIREITO DELEANE
CAMARGO DE SANTANA
FERNANDES

SERAMI
Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD
Secretaria de Gestão
Documental

PVP
Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT